

POVO LIVRE



JMJ

PRESTIGIA PORTUGAL

Durante uma visita à sede da Jornada Mundial da Juventude, em Lisboa, e dirigindo-se a um grupo de jovens da organização, o Presidente do PSD reiterou todo “o interesse em acompanhar a realização das Jornadas Mundiais da Juventude”

07 PARLAMENTO

PSD APRESENTA 26 CONCLUSÕES, VÃO SER ANEXADAS AO RELATÓRIO FINAL

Paulo Moniz anunciou que o PSD vota contra o relatório da comissão de inquérito à tutela política da gestão da TAP e apresentou 26 conclusões que constarão de uma declaração de voto

10 LOCAIS

PSD DE ALMADA EXIGE EXPLICAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS NA JUNTA DA COSTA DA CAPARICA

O PSD de Almada exigiu o esclarecimento e enquadramento legal do procedimento do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, que reconheceu ter feito transferências de dinheiro da Junta para a sua conta bancária pessoal

17 REGIONAIS

OBSERVATÓRIO CLIMÁTICO NOS AÇORES É “EXCELENTE NOTÍCIA”

O Presidente do Governo Regional dos Açores considerou que a possibilidade de a região acolher um Observatório Climático é uma “excelente notícia” por reforçar a sua importância geoestratégica nesta matéria

CPI-TAP: a tragicomédia sem fim

Não há teatro de sombras que valha a este Governo

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Para a credibilidade de um regime democrático, a atuação das instituições e dos responsáveis políticos é um fator primordial que contribui para o seu reforço ou, ao invés, para a sua erosão. Daí resulta a confiança que os cidadãos depositam, ou não, nos seus representantes eleitos, com impacto incontornável na governação e na eficácia da gestão da coisa pública.

Vem isto a propósito das tristes cenas a que assistimos, nos últimos dias, envolvendo a Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP (CPI-TAP) que, por inteira responsabilidade do Governo e do partido que o apoia, está a ser transformada numa tragicomédia sem fim.

Durante meses, os portugueses acompanharam com atenção os trabalhos da CPI-TAP e, através da comunicação social, tiveram acesso a um enorme volume de informação, jornalisticamente tratada, e a um leque abrangente e plural de opiniões. Com base nisso, cada um de nós pode fazer o seu juízo sobre a matéria em causa, naturalmente influenciada pela sua perceção e, mesmo, pela sua afiliação ideológica e/ou partidária. Todavia, acredito que muito poucos, mesmo entre os mais fiéis seguidores do Partido Socialista, ponderasse a possibilidade de ser redigido um relatório tão enviesado, a raiar a ficção, como o que foi redigido pela deputada socialista Ana Paula Bernardo.



Em rigor, o relatório em questão revela um grau inusitado de desfaçatez por parte deste Governo e do Partido Socialista, ao elaborar numa narrativa incoerente com a realidade dos factos, pese embora o conhecimento que os portugueses obtiveram dos acontecimentos. E por isso mesmo, este relatório, ao faltar à verdade, prejudica de sobremaneira a credibilidade das nossas instituições.

Por esse prisma, também devem ser encaradas as lamentáveis declarações do Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, que, a propósito da CPI-TAP, disse que os deputados desta comissão foram “uma espécie de procuradores do cinema americano de série B da década de 80”.

Testemunhámos, pois, ao reaparecimento fugaz do comentador político que, desde os tempos de José Sócrates, animou as hostes socialistas. Sobrepondo-se à pele do Ministro, o comentador Pedro Adão e Silva entendeu destratar a instituição parlamentar e os deputados que nela trabalham, inclusive do seu partido, num tom que, acredito, o ex-Comissário Executivo das comemorações do quinquagésimo aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 criticaria.

Ao fim e ao cabo, estas cenas são coerentes com a tragicomédia em que se transformou a tutela política da gestão da TAP. E não há teatro de sombras que valha a este Governo.

LUÍS MONTENEGRO NA SEDE DO EVENTO

“SUCESSO” DA JMJ PARA “CONSTRUIR UM MUNDO MAIS JUSTO”

Nunca tivemos dúvidas de que a JMJ enobrece o país

Luís Montenegro deseja que a Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023 decorra com “sucesso, com normalidade”, “sendo que a normalidade significa alegria, confraternização, troca de experiências”.

“Nunca tivemos dúvidas de que este evento enobrece o país, prestigia e, de certa maneira, alavanca a Igreja Católica. A sociedade será tão mais justa (...) se tivermos pontes uns com os outros, se tivermos a capacidade de nos juntarmos e de podermos projetar projetos comuns”, expressou.

Na sexta-feira, 7 de julho, durante uma visita à sede da JMJ, em Lisboa, e dirigindo-se a um grupo de jovens da organização, o Presidente do PSD reiterou todo “o interesse em acompanhar a realização das Jornadas Mundiais da Juventude”.





“Espero que o vosso esforço e a vossa dedicação se transponham para que tudo corra bem, e para que aqueles que nos vão visitar saiam mais inspirados para construir um mundo mais justo e mais solidário”, sublinhou.

Durante a manhã, Luís Montenegro encontrou-se com o Cardeal Patriarca de Lisboa.

A Jornada Mundial da Juventude realiza-se em Lisboa, entre 1 e 6 de agosto de 2023.

GOVERNO DEVE CANALIZAR EXCEDENTE ORÇAMENTAL PARA MEDIDAS SOCIAIS

O Secretariado Nacional dos Trabalhadores Social Democratas (TSD), reunido na semana passada, defende a utilização de “parte do excedente orçamental” para a prossecução de medidas de carácter social.

“O Governo tem de usar parte do excedente orçamental para a prossecução de medidas sociais que garantam também à classe média maior segurança na presente conjuntura e que respondam às fortes perdas de rendimento das famílias bem como uma atuação assertiva sobre a banca relativamente ao agravar do serviço da dívida dos créditos à habitação. Do mesmo modo, ao nível da Administração Pública, o Governo deve proceder a atualizações salariais em linha com as perdas induzidas pela inflação bem como a negociação sobre as formas de desbloquear os principais entraves nas carreiras profissionais. Isso impelirá a que no setor privado tal também possa acontecer”, afirmou em comunicado.

A estrutura presidida por Pedro Roque sublinha que “a consolidação orçamental é importante com vista ao desenvolvimento económico sustentado. Porém, os resultados macroeconómicos só têm efeti-



vo significado quando se tornam instrumentais. O exacerbar da situação social, que extravasa já os setores mais frágeis da sociedade, atinge duramente a classe média em virtude da forte e contínua subida dos juros com os empréstimos à compra de habitação que estrangulam o rendimento disponível de muitas famílias, em conjunto com a subida generalizada dos preços por via da inflação”.

Os TSD alertam para a “preocupação crescente com a qualidade e a prestação dos serviços públicos”, que “começa com a insatisfação generalizada dos trabalhadores dos mais diversos setores e continua com a falta de recursos e de capacidade de resposta em serviços essenciais prestados pelo Estado aos cidadãos e que vão da saúde à educação, passando pela justiça, defesa ou as forças e serviços de

segurança”.

“A quantidade infindável e sem precedentes de processos de luta sindical a que se tem assistido é o melhor exemplo dessa forte insatisfação. Há incapacidade clara do Governo para negociar e atenuar os bloqueios nas carreiras e nas condições de trabalho. A falta de respostas efetivas do Estado desmotiva os cidadãos em geral e os seus trabalhadores em particular. Constitui uma ameaça ao próprio sistema democrático perante as ameaças populistas que se formam. Perante tal estado de coisas, uma alternativa credível de Governo do PSD torna-se assim essencial”, frisam.

A propósito de um ano de mandato de Luís Montenegro na liderança do PSD, os Trabalhadores Social Democratas “saúdam” este facto e lembram que o primeiro ano “tem

sido pautado por um esforço sério e genuíno de união do Partido, de reforço da sua implantação regional e de preparação paulatina de uma alternativa de Governo capaz e credível”.

“É de salientar igualmente que, sob a sua liderança, o PSD consegue hoje, quase um ano e meio após as legislativas que conferiram uma maioria absoluta ao PS, obter valores em sondagens de opinião equivalentes ou que, em alguns casos, ultrapassam mesmo as do PS. (...) Estamos cientes que, sob a sua liderança, o PSD está em condições de ser a escolha clara dos eleitores para corporizar uma alternativa ao governo socialista e tornar-se um reforço político claramente qualitativo face ao esgotamento de ideias e ação do atual executivo”, concluem.

ANTÓNIO BARATA PORTUGAL

[1938-2023]



António Barata Portugal, antigo deputado do PSD à Assembleia da República, e Presidente da Câmara Municipal de Tábua, faleceu na segunda-feira, 10 de julho de 2023.

Engenheiro de profissão, António Manuel Barata Portugal nasceu em 31 de agosto de 1938. Foi Presidente da Câmara Municipal de Tábua de 1976 a 1982 e entre 1986 e 1989, eleito pelo PSD, ficando “associado à história” do concelho pela sua “dedicação ao serviço público que teve expressão máxima no exercício do nobre cargo de Presidente”.

Além das funções autárquicas, foi também deputado da Assembleia da República pelo círculo de Coimbra na I, III e IV legislaturas.

Foi ainda Presidente de Secção de Tábua e vice-Presidente e vogal da Distrital de Coimbra.

Para a Câmara de Tábua, o antigo autarca desempenhou as suas funções tendo sempre presente o objetivo “de dar resposta aos problemas dos tabuenses e contribuir para a construção de um concelho mais desenvolvido”.

Foi ainda marcante o seu contributo para a vida associativa no concelho de Tábua, “tendo integrado os órgãos sociais de diversas instituições locais, bem como para o seu percurso profissional, enquanto empresário”.

O município reconheceu a dedicação de António Barata Portugal ao concelho e, por isso, atribuiu, em 10 de abril de 2013, a medalha de honra do concelho, estando o “seu nome perpetuado na toponímia da vila de Tábua”. No dia 10 de abril deste ano foi inaugurada a galeria dos antigos presidentes de Câmara no Salão Nobre dos Paços do Município de Tábua, na qual, naturalmente, figura António Manuel Barata Portugal.

Num ato de reconhecimento público do seu valor como cidadão, o Presidente da Câmara Municipal declarou luto municipal nos dias 10 e 11 de julho de 2023.

O PSD expressa sinceros sentimentos a toda a família e amigos.



INQUÉRITO À TAP

PSD APRESENTA 26 CONCLUSÕES, VÃO SER ANEXADAS AO RELATÓRIO FINAL

O PSD vota contra o relatório da comissão de inquérito à tutela política da gestão da TAP e apresentou 26 conclusões que constarão de uma declaração de voto.

“Face ao conteúdo do Relatório, às suas omissões e atenuação de culpas, à postura do Governo e do Partido Socialista, o grupo parlamentar do PSD entende não só votar contra como não apresentar alterações, fazendo constar de uma declaração de voto a apresentar oportunamente, e que irá anexa ao Relatório,

as nossas conclusões”, declarou o coordenador do grupo parlamentar do PSD na comissão de inquérito à TAP, numa conferência de imprensa no Parlamento.

Para Paulo Moniz, o relatório, elaborado pela deputada do PS Ana Paula Bernardo, “é leve e parcial” e

muito jeito dá a António Costa porque jamais “tiraria consequências políticas”.

O PSD considera que “toda a lógica estrutural do relatório” é feita para “ilibar o Governo” das suas responsabilidades.

DEMISSÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO

PSD PRETENDE OUVIR A MINISTRA DA DEFESA E O MNE

Os deputados do PSD entregaram um pedido de audição da ministra da Defesa Nacional e do anterior titular do cargo e atual ministro dos Negócios Estrangeiros, Gomes Cravinho, sobre “os factos vindos a público” sobre Marco Capitão Ferreira.

Em requerimento, os sociais-democratas recordam que a Comissão de Defesa aprovou esta semana a audição do então secretário de Estado da Defesa Nacional para prestar esclarecimentos sobre as notícias vindas a público sobre a celebração, em março de 2019, de um contrato de assessoria entre o próprio e a Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional.

O PSD diz não querer prescindir desta audição, já agendada para o próximo dia 12 de julho, “bem como dos documentos já solicitados para o

mesmo efeito”, mas diz estar consciente da nova condição de arguido, “que confere um conjunto de deveres e direitos” a Marco Capitão Ferreira, admitindo que possa estar indisponível para prestar esclarecimentos aos deputados da Comissão de Defesa Nacional.

“Tendo em conta a importância desses mesmos esclarecimentos, o grupo parlamentar do PSD vem requerer a audição urgente do ex-ministro da Defesa Nacional, Gomes Cravinho, na medida em que tinha a responsabilidade política na altura

em que ocorreram os factos imputados a Marco Capitão Ferreira e da atual ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, a fim de prestarem todos os esclarecimentos inerentes a estas matérias que têm vindo a ser tornadas públicas”, pedem.

Marco Capitão Ferreira, cuja exoneração foi aceite pelo Presidente da República, foi, entretanto, constituído arguido no âmbito do processo “Tempestade Perfeita”, que levou a Polícia Judiciária a fazer buscas no Ministério da Defesa.

O “Expresso” noticiou e que o secretário de Estado da Defesa admitiu Miguel Fernandes, ex-administrador do Alfeite, para assessor da administração da ‘holding’ da Defesa, IdD Portugal Defence, mas que o gestor nunca foi visto a exercer essas funções. No dia 5 de julho, o Parlamento aprovou a audição de Marco Capitão Ferreira para prestar esclarecimentos sobre um contrato de assessoria que o próprio assinou com a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) antes de assumir o cargo de secretário de Estado.



PSD QUESTIONA RTP SOBRE “CARTOON” DE TEOR RACISTA

O grupo parlamentar do PSD questionou o Conselho de Administração da RTP sobre um “cartoon” alusivo à polícia e ao racismo, considerando que “atenta de forma evidente e infeliz contra a imagem e o bom nome” das instituições policiais.

As perguntas foram dirigidas pelo PSD ao Conselho de Administração da RTP através da Assembleia da República, num documento que tem como signatários o líder parlamentar social-democrata, Joaquim Miranda Sarmento, o Presidente da JSD, Alexandre Poço, e a deputada Andreia Neto.

No documento, o PSD refere que, no âmbito de um espaço publicitário difundido pela RTP durante a cobertura do festival de música NOS Alive, foi transmitido um ‘cartoon’ em formato vídeo que “retrata um polícia numa carreira de tiro a disparar contra vários alvos, sem que o alvo que representa um homem branco seja atingido, e com o alvo que representa um homem negro cravejado de balas”.

“O ‘cartoon’, intitulado ‘Carreira de Tiro’, atenta de forma evidente e infeliz contra a imagem e o bom nome, não só das instituições policiais em geral, mas também dos profissionais a que elas pertencem”, defendem os deputados do PSD.

Para o partido, “o facto de o ‘cartoon’ ter sido transmitido na estação pública de televisão assume ainda maior gravidade, na medida em que a RTP é um órgão de comunicação

social que tem responsabilidades acrescidas de serviço público”.

Nesse sentido, nas questões dirigidas ao Conselho de Administração da RTP através da Assembleia da República, o PSD pergunta se o canal de televisão “teve conhecimento prévio do ‘cartoon’ antes de o transmitir”.

“Em caso de resposta afirmativa, há regras editoriais acerca dos conteúdos transmitidos, especificamente para assegurar o adequado equilíbrio entre a liberdade de imprensa e a proteção de outros direitos, nomeadamente para evitar conteúdos racistas, xenófobos ou análogos?”, questionam.

O PSD pergunta se, caso “previamente conhecesse o conteúdo”, a RTP teria, ainda assim, transmitido o ‘cartoon’ em questão.

O Sindicato Nacional da Carreira de Chefes (SNCC) da PSP anunciou também que apresentou uma queixa-crime contra os autores do ‘cartoon’, e também contra a RTP por o ter emitido, considerando que “há, inequivocamente, uma intenção de vilipendiar todos os polícias, retratando-os como xenófobos e racistas”.



PSD DE ALMADA EXIGE EXPLICAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS NA JUNTA DA COSTA DA CAPARICA



O PSD de Almada exigiu o esclarecimento e enquadramento legal de um procedimento do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, que reconheceu ter feito transferências de dinheiro da junta para a conta bancária pessoal.

“Exigimos o esclarecimento deste enquadramento legal, dos montantes em causa, e as diligências a fazer pelas autoridades competentes”, escreveu o Presidente do PSD de Almada, Paulo Sabino, numa publicação na rede social Facebook.

O autarca do PSD da Costa e Trafaria David Cristóvão refere ser “facto público e notório que o presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, no concelho de Almada [distrito de Setúbal], declarou na última Assembleia ter feito várias transações do erário público para a sua conta pessoal”.

David Cristóvão, que considera que deveria ter havido uma deliberação imediata para que fosse feita, pela própria Assembleia, uma comuni-

cação à Polícia Judiciária, cita uma notícia divulgada pelo órgão de comunicação social Almadaonline, referindo que se terão tratado de 58 transações, num valor acumulado de quase 35 mil euros no espaço temporal de seis meses.

“Os autarcas - os políticos de Almada - têm de assumir as suas responsabilidades e têm agora uma renovada oportunidade de comunicar esta situação à Polícia Judiciária para que se esclareçam todas as dúvidas - se o que foi feito está conforme a lei ou não”, salienta ainda o autarca, adiantando que ele próprio fará essa comunicação, caso os órgãos locais não o façam até ao final da semana.

Segundo o Almadaonline, o Presidente da Junta de Freguesia disse tratar-se de um adiantamento de vencimentos a titulares de órgãos de autarquia.

“Do meu ponto de vista, e do ponto de vista de alguns advogados, não constitui qualquer ilegalidade no setor público e é, como sabemos, prática corrente no setor privado. Por se tratar de adiantamentos, já parcialmente compensados com o não recebimento dos meus vencimentos atuais, são neutros do ponto de vista do erário público e não se traduzem em qualquer prejuízo para a freguesia”, referiu o autarca, de acordo com o Almadaonline.

PSD DE MATOSINHOS RESPONSABILIZA CÂMARA PELAS OBRAS NO QUEBRAMAR DO PORTO DE LEIXÕES



Bruno Pereira, vereador e Presidente do PSD de Matosinhos, lamenta a posição de complacência da Câmara Municipal de Matosinhos perante a construção do quebra-mar do porto de Leixões.

O PSD de Matosinhos sugere, por isso, a paragem da obra de extensão do quebra-mar do porto de Leixões, que já vai próximo do terço de execução, alegando que “já são visíveis os primeiros sinais negativos” da infraestrutura.

No comunicado, o vereador do PSD, Bruno Pereira, sugere “parar a obra enquanto é tempo”, alegando que

as “previsões a médio/longo prazo, em tempo de incertezas no comércio mundial, indiciam que este projeto pode ser uma aposta perdida”.

De acordo com o também Presidente do PSD de Matosinhos, “já são visíveis os primeiros sinais negativos” da obra, cuja execução está perto dos 100 metros de um total de 300, referindo-se à “deterioração

da qualidade de água, do ar e solos”, à “alteração morfológica da praia”, à “redução da agitação marítima” ou ao “aumento da erosão das praias a sul de Leixões”.

Bruno Pereira aponta ainda ao aumento dos níveis de ruído e do tráfego rodoviário, mostrando-se também preocupado com o “excesso de contentorização” do porto.

O responsável do PSD aponta ainda à presidente da câmara, Luísa Salgueiro, referindo que a Câmara Municipal tem assumido uma “posição de complacência” perante a construção do quebra-mar, pelo que a autarca “terá de ser responsabilizada pelo seu silêncio comprometedor junto do Governo e da APDL”.

Segundo Bruno Pereira, a autarquia não está a mostrar-se “preocupada com o futuro do concelho”, dizendo que a obra “irá ter consequências gravosas no ambiente, na preservação das praias, nos desportos náuticos, na restauração e comércio local, turismo, indústria da pesca e ainda na habitação”.

O PSD de Matosinhos recorda ainda que a empreitada estava orçada em 131 milhões de euros e agora vai custar mais cerca de 54 milhões de euros, mas “não se vislumbra qualquer responsabilização para o governo e para a administração da APDL, a qual na data era composta unicamente por militantes do partido socialista, pela elevada derrapagem, existindo indícios de que esta verba irá aumentar ainda mais”.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DO PSD DE BRAGA SAÚDA **NOMEAÇÃO DE RICARDO RIO PARA “PRESIDENTE DO GLOBAL PARLIAMENT OF MAYORS”**

Cerca de duas centenas de delegados eleitos para a Assembleia Distrital do PSD de Braga reuniram num hotel da cidade. Na primeira intervenção do Presidente da distrital e vice-Presidente da nacional do PSD, Paulo Cunha, enalteceu a nomeação de Ricardo Rio para “Presidente do Global Parliament of Mayors”.

António Costa nunca arrecadou tantos impostos, como agora com a crise que tanto apregoa. Todos os produtos sobem todos os dias. Mas António Costa omite quantos milhões arrecada todos os dias com esses aumentos”, referiu.

A finalizar, o líder da distrital recordou que nunca Portugal teve tanto dinheiro à sua mercê dos fundos comunitários, mas que, infelizmente, só estão a ser utilizados com objetivos eleitorais, já que não os aplica em prol das reais necessidades das comunidades. “Por tudo

isto, não tenho dúvidas que a breve trecho os portugueses irão chamar o PSD para governar Portugal. Daí apelo aos militantes e simpatizantes sociais-democratas que abram as portas à sociedade civil para que, em conjunto, possamos melhorar a atual situação económica e social do país, para que num futuro próximo tenhamos um Portugal mais digno em todas as vertentes”, acrescentou Paulo Cunha.

O relatório e contas referente a 2022 e o Orçamento para 2023 foram aprovados por unanimidade.



“Esta distinção não é só para a cidade de Braga. Ela é muito mais abrangente. Ela representa um exemplo, acima de tudo, como deve ser gerida uma autarquia. Os autarcas do PSD devem-se sentir orgulhos e reverem-se nesta nomeação. o Distrito de Braga tem que estar também orgulhoso dos seus autarcas sociais democratas que, com cada vez menos recursos do Governo, fazem autênticos milagres quase todos os dias”, salientou.

Paulo Cunha frisou que os minhos e os portugueses na generalidade não têm a menor dúvida que

“o PSD tem fortes argumentos para ser alternativa ao PS, que todos os meses, altera a sua composição, devido às demissões dos seus ministros e secretários de estado, e sempre pelas piores razões”. “É quase um por mês. Em pouco mais de um ano já são 13 as demissões devido a suspeições da prática de crimes e outras situações análogas”, afirmou Paulo Cunha.

No campo económico, o líder da Distrital do PSD de Braga criticou o governo de António Costa que se lamenta com a crise devido, por exemplo, à guerra da Ucrânia. “Mas

PSP, MISERICÓRDIA E LINHA DO VOUGA ENTRE OS PONTOS TRATADOS

DISTRITAL DE AVEIRO E DEPUTADOS IDENTIFICAM NECESSIDADE DE S. JOÃO DA MADEIRA

A Comissão Política Distrital do PSD visitou na segunda-feira o concelho de S. João da Madeira, iniciativa que foi acompanhada pelos deputados do partido eleitos pelo círculo de Aveiro e pela concelhia sanjoanense.

As dificuldades por que passa a Santa Casa da Misericórdia, as patologias do edifício que alberga a esquadra da PSP, a Linha do Vouga e o aumento da taxa dos resíduos sólidos urbanos estiveram no centro das atenções, com a promessa de que são questões a manter na ordem do dia, com vista à sua resolução.

A comparticipação do Estado, por via dos acordos de cooperação com as instituições está a provocar sérios problemas de gestão da Santa Casa da Misericórdia, a braços com prejuízo em várias valências, que já obrigou à venda de património para fazer face às dificuldades. Só o centro de acolhimento de menores totalizou 130 mil euros de défice, sendo que o pré-escolar também não se paga a si próprio e as dificuldades aumentam, igualmente, na terceira idade, levando a Mesa a, ainda hoje, lamentar que não tenha havido acordo com o Estado para o hospital, que teria sido fundamental para a estabilidade.

“O PSD lançou há uma semana um documento estrutural para a área da saúde, que privilegia a relação com o privado e o setor social, nomeadamente com as misericórdias, que podem e devem trabalhar em conjunto com o Serviço Nacional de

Saúde”, referiu, a propósito, Silvério Regalado, vice-presidente da distrital social-democrata.

Infiltrações e canalizações deficientes, ou cobertura em amianto estão entre as principais patologias da esquadra da PSP, que chega a ter uma sala encerrada por falta de condições mínimas. Há projeto de reabilitação aprovado e sucessivas promessas de intervenção, sem

consequência. Para Ricardo Sousa, coordenador dos deputados do PSD/Aveiro, as instalações têm uma “dimensão adequada”, mas “o adiantado estado de degradação exige uma intervenção e tudo faremos para que possa ocorrer o mais breve possível”.

A Linha do Vouga esteve no centro desta iniciativa, com a delegação a percorrer o caminho entre o centro coordenador de transportes e a estação, aquilatando a mais-valia que constituiria a ligação direta ao Porto através da ferrovia. “É um investimento prioritário. Oliveira de Azeiméis, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira merecem esta ligação ao Porto, com a requalificação da linha e a sua interseção com a Linha do Norte em Espinho” – venceu Ricardo Sousa, adiantando que o seu

partido, fez propostas nas legislações anteriores, por diversas vezes alertou a tutela para essa necessidade e fará propostas nesse sentido na próxima sessão legislativa.

“O serviço diminuiu e os sanjoanenses pagam mais”, afirmou Tiago Correia, Presidente da concelhia social-democrata, referindo-se à tarifa de gestão de resíduos, outro dos temas da visita. Para o dirigente, “a indexação da tarifa dos resíduos ao consumo de água é injusta”, pelo que o PSD “não pode concordar com aumentos entre os 80 e os 200 por cento”, citando o presidente da Câmara quando este referiu que “o tarifário é injusto e inadequado” para concluir que, se assim é, “a solução não é agravá-lo, mas substituí-lo”.



CÂMARA DE LISBOA INVESTE 77,3 MILHÕES DE EUROS NA COMPRA DE HABITAÇÃO



A Câmara de Lisboa aprovou a realização de uma consulta ao mercado imobiliário para aquisição de imóveis destinados a habitação, no sentido de responder à situação de carência habitacional, prevendo “um investimento total de 77,3 milhões de euros”.

“É intenção do município de Lisboa adquirir imóveis (edifícios e fogos) destinados a habitação, em condições de utilização imediata ou necessitados de obras de reabilitação ou de conservação”, lê-se na proposta apresentada pela vereadora da Habitação e Obras Municipais, Filipa Roseta (PSD).

Em reunião privada do executivo municipal, a proposta foi viabilizada com os votos a favor da liderança PS/PSD, que governa sem maioria absoluta, PS, Cidadãos Por Lisboa (eleitos pela coligação PS/Livre) e Livre, e a abstenção de PCP e BE.

A proposta de aquisição de imóveis destinados a habitação enquadra-se no âmbito do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e no investimento previsto no Plano de

Recuperação e Resiliência (PRR), no quadro do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) da União Europeia para o período 2021-2026.

“Os imóveis a adquirir visam garantir o direito à habitação no contexto do 1.º Direito, no seguimento dos levantamentos efetuados pelos serviços municipais competentes na Estratégia Local de Habitação”, é referido na proposta.

Nesse sentido, e numa primeira fase, o município contratualizou a possibilidade de financiamento para realizar “um investimento total de 77,3 milhões de euros”.

A aquisição estratégica de edifícios de habitação foi incluída no projeto da Carta Municipal de Habitação, documento apresentado pela lide-



rança PSD/CDS-PP, que foi proposto submeter a consulta pública, mas a oposição na câmara inviabilizou a discussão, com os votos contra de PS, Cidadãos Por Lisboa, Livre e BE, e a abstenção do PCP.

Com os objetivos de erradicar a pobreza e fixar famílias, o projeto da Carta Municipal de Habitação aponta como meta a aquisição de 308 habitações até 2026, num investimento total estimado de 77,3 milhões de euros.

O município pode adquirir bens imóveis através de mecanismos de direito privado de natureza onerosa, como seja a compra precedida de consulta ao mercado imobiliário, que foi o que o executivo aprovou, determinando que “a consulta ao mercado é extensiva à totalidade

da área do concelho de Lisboa, por forma a favorecer a dispersão dos imóveis pela cidade, em particular nas zonas em que é mais acentuada a falta ou desadequação da oferta habitacional”.

A proposta não prejudica “a aquisição de imóveis com uso habitacional por outros meios”, nomeadamente por via do mecanismo previsto na Lei de Bases da Habitação que habilita os municípios a exercer o direito de preferência nas transmissões onerosas entre particulares.

A primeira consulta ao mercado imobiliário terá um período inicial de 90 dias consecutivos, contado a partir da data da publicitação do anúncio nos ‘sites’ da câmara, podendo ser prorrogado por despacho do presidente da câmara.



FUNCHAL INVESTE NA LIMPEZA E REFLORESTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO

A Câmara Municipal do Funchal investiu 1,5 milhões de euros, no último ano, na limpeza e na reflorestação de 75% do Parque Ecológico.

Em comunicado, o município madeirense salienta que o investimento feito consistiu no controlo de espécies exóticas invasoras e na plantação de espécies autóctones.

“No total, estamos a falar de uma área de 123 hectares, com a limpeza e introdução de 200 mil novas plantas”, indica o presidente da Câmara do Funchal, Pedro Calado, citado na nota.

O chefe do executivo municipal acrescenta que se trata de “um trabalho muito importante para recuperar o coberto vegetal, proteger

a cidade, garantindo uma zona de tampão verde, e garantir maior capacidade de captação de água, por via da precipitação oculta”.

De acordo com o comunicado, Pedro Calado esteve no Parque Ecológico do Funchal com a vereadora do Ambiente, Nádia Coelho, “para se inteirar dos esforços realizados no âmbito da prevenção de incêndios florestais, nomeadamente a manutenção, limpeza e operacionalidade dos 10 reservatórios existentes e respetivos hidrantes (com capacidade de 100 metros cúbicos cada)”.

OBSERVATÓRIO CLIMÁTICO NOS AÇORES É “EXCELENTE NOTÍCIA”

O Presidente do Governo Regional dos Açores considerou que a possibilidade de a região acolher um Observatório Climático é uma “excelente notícia” por reforçar a sua importância geoestratégica nesta matéria.

José Manuel Bolieiro recebeu na sexta-feira, 7 de julho, em audiência o Presidente do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), José Guerreiro, no Palácio de Sant’Ana, em Ponta Delgada.

No final do encontro, José Guerreiro disse aos jornalistas que o IPMA tenciona desenvolver um Observatório Climático nos Açores “face à posição privilegiada” da região.

Para o Presidente do Governo Regional dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM) a intenção é considerada uma “excelente notícia”, pois dará “mais um reforço no posicionamento e na importância geoestratégica dos Açores” ao nível da ciência e também para o acompanhamento dos fenómenos das alterações climáticas e dos fenómenos extremos da Natureza.

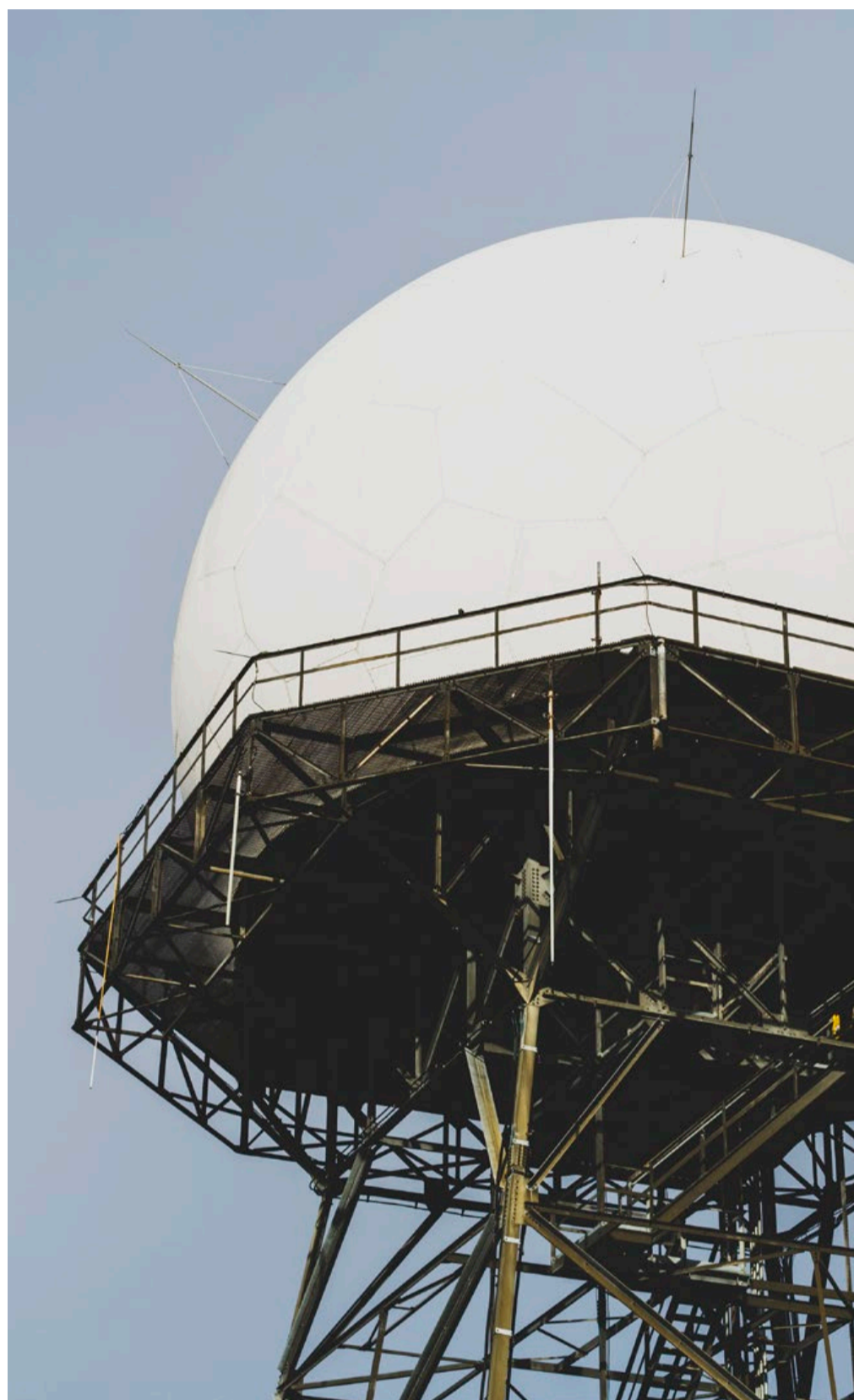
“E a informação que podemos partilhar e dar com relevância para o mundo inteiro. Não apenas para o país, não apenas para a União Europeia, mesmo para o mundo, tendo em conta esta geocentralidade [a] que pertencemos”, justificou.

O presidente do IPMA considerou que o projeto do Observatório Climático “pode ser um instrumento extremamente importante em termos daquilo que é o estudo das alterações climáticas na região do Atlântico, de que os Açores podem ser um pivô”.

José Manuel Bolieiro disse também que ficou satisfeito com o cronograma e com o plano de investimento e de ação “que o IPMA tem para com a Região Autónoma dos Açores”, destacando a instalação de dois radares meteorológicos, um em São Miguel e outro nas Flores.

A instalação dos radares, disse, cria “condições ótimas” para os Açores serem no futuro “uma referência de dados de precisão mais fidedignos” no Atlântico Norte e também “para a região, para o país e até mesmo para a América”.

Ainda segundo José Manuel Bolieiro, o investimento, apoiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), poderá ficar concretizado até ao final do ano, com a instalação das torres, prevendo-se que o pleno fun-



cionamento ocorra “até final do primeiro semestre de 2024”.

O chefe do executivo açoriano disse, ainda, que no domínio da ciência, é “muito importante” que os Açores tenham “uma posição geoestratégica de excelência no quadro nacional e europeu”.

Por outro lado, acrescentou, o Governo Regional está a dar contributos para que seja uma referência na salvaguarda das populações, acompanhamento das alterações climáticas e previsão e vigilância dos fenómenos extremos da Natureza.

Relativamente às intenções manifestadas pelo presidente do IPMA

sobre objetivos a alcançar na área da aeronáutica, José Manuel Bolieiro disse ter ficado “muito satisfeito”, reconhecendo, igualmente, o apoio do instituto na crise sismovulcânica de São Jorge, em 2022, “para aportar ciência ao bom fundamento das decisões políticas e de proteção civil”.

PSD DOS AÇORES DESTACA COMPROMISSO DO GOVERNO NA REQUALIFICAÇÃO DO PORTO DE SANTA IRIA

Jaime Vieira, deputado do PSD dos Açores, destacou “o compromisso assumido pelo Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) na requalificação do Porto de Santa Iria, sobretudo por corrigir os erros cometidos no passado pela governação socialista”.

O parlamentar social-democrata falava durante a visita ao Porto de Santa Iria, freguesia da Ribeirinha, concelho da Ribeira Grande, no âmbito das iniciativas realizadas durante as Jornadas Parlamentares que decorreram, em São Miguel.

Para Jaime Vieira, “o Governo Regional tem feito aquilo que os outros não fizeram no passado. O governo socialista abandonou por completo este porto de pesca, colocando inclusive em perigo todas as pessoas que o visitam, bem como a população da Ribeirinha”.

“Se o governo socialista tivesse agido aos primeiros sinais de degradação, a empreitada não teria ultrapassado os 250 mil euros, valor do primeiro orçamento efetuado para acautelar a segurança da área. Vol-

vidos 20 anos de inércia, agora está avaliada em 4,8 milhões de euros”, vincou.

“O lançamento do concurso demonstra bem a aposta do atual Governo Regional com vista a dignificar a zona e dotar também os diversos portos da Região de uma nova dinâmica, capaz de dar resposta aos maiores anseios das populações e do setor das Pescas”, afirmou.

O atual estado de “total degradação” do Porto de Santa Iria, prosseguiu o deputado do PSD dos Açores, “é mais um exemplo da inoperância de um governo socialista que o Governo da Coligação vem uma vez mais reparar”, reiterou.

Jaime Vieira realça que a “requalifi-

cação desta infraestrutura é fundamental na promoção das suas condições de segurança, assim como o seu acesso, através da estabilização das arribas contíguas à estrada regional de acesso ao porto”.

O parlamentar social-democrata considerou ainda que “com os melhoramentos necessários e adequados, além de constituir mais um ponto de fomento de atividade económica da freguesia, poderá representar um polo diversificador da oferta turística local”, concluiu.

Refira-se que a verba para a empreitada de requalificação do Porto de Santa Iria está contemplada no Plano e Orçamento da Região para 2023 e encontra-se em fase de concurso público.



GOVERNO DOS AÇORES AUTORIZA DESPESA PARA REQUALIFICAR HOSPITAL DA HORTA

O Governo dos Açores autorizou a despesa de 6,5 milhões para a requalificação do Hospital da Horta, no Faial, obra que vai ter um prazo de execução de dois anos, segundo o Jornal Oficial da região.

De acordo com a resolução publicada dia 3 de julho, o executivo açoriano (PSD/CDS-PP/PPM) autorizou a despesa destinada à “empreitada de beneficiação, requalificação e ampliação do Hospital da Horta, mediante concurso público, com publicidade internacional, com o preço base 6,5 milhões de euros, a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)”.

Em 26 de junho, a secretária regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, revelou que o Conselho do Governo Regional tinha aprovado a despesa de 6,5 milhões de euros para a requalifica-

ção da infraestrutura.

Na resolução publicada em Jornal Oficial, lê-se que a obra, com um prazo de execução de 24 meses, prevê uma “intervenção na rede de abastecimento de águas e incêndios, nas coberturas e a reformulação das infraestruturas entre as caldeiras e a central de depósito”.

A intervenção prevê ainda a substituição de caixilharias, criação de um espaço destinado à imagiologia e a realização de pinturas interiores e exteriores.

O Governo dos Açores defende que a intervenção é necessária para “ga-

rantir as condições essenciais e o bem-estar aos utentes do Hospital da Horta”.

Segundo a resolução publicada em Jornal Oficial, a competência para aprovar os procedimentos, designar o júri e proceder à adjudicação vai ser delegada na secretária regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

O Hospital da Horta é um dos três hospitais públicos dos Açores, juntamente com o de Ponta Delgada (ilha de São Miguel) e o de Angra do Heroísmo (Terceira).

NOVO SISTEMA DE INCENTIVOS DOS AÇORES “COMBATE O DESPOVOAMENTO”



O PSD dos Açores defende que o novo sistema de incentivos às empresas, o Construir 2030, “combate o despovoamento” através dos apoios a pequenos empresários, sublinhando que o Governo Regional “trata diferente o que é diferente”.

“Será dada a oportunidade a empresários mais pequenos de candidatarem-se a linhas até ao máximo de 50 mil euros para que possam desenvolver o seu negócio, criar emprego, reestruturar os [empregos] já existentes e fixarem-se nos concelhos. Isto combate o despovoamento”, afirmou a deputada regional Sabrina Furtado.

A social-democrata falava em Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, no encerramento das jornadas parlamentares do PSD dos Açores, partido que lidera o Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM).

Além de considerar o “eixo dos pequenos negócios” como um “dos mais importantes” do Construir 2030, Sabrina Furtado destacou ainda a majoração de incentivos para concelhos com problemas de empregabilidade.

“O Governo Regional decidiu, e em boa hora, que não pode ser tratado de forma igual aquilo que são realidades diferentes. Mesmo no Construir 2030, construiu subsistemas adaptados às economias locais”, salientou.

A deputada regional enalteceu a posição do executivo açoriano “em tratar de forma diferente o que são realidades diferentes” e acusou o PS de fazer da “crítica fácil o seu dia-a-dia”.

“Todas as medidas funcionam em vários vetores. Não só no combate ao despovoamento, não só permite a majoração a esses concelhos, mas efetivamente, deixam a marca do Governo Regional que trata de forma diferente e cautelosa as realidades que são diferentes”, acrescentou.



A propósito de uma reunião com os operadores marítimo-turísticos, Sabrina Furtado considerou que o setor, que está em “franca expansão”, tem ainda “espaço de crescimento e de desenvolvimento”.

No dia 4 de julho, no arranque das jornadas, o PSD dos Açores considerou que “fará toda a diferença” introduzir uma majoração dos incentivos aos concelhos com problemas de empregabilidade, adiantando que o diploma “está a ser finalizado” pelo Governo Regional.

“O decreto regulamentar está a ser finalizado e, dentro de dias, provavelmente, o Governo Regional vai comunicar qual o valor desta majoração”, disse o deputado Flávio Soares.

Segundo o parlamentar social-democrata, trata-se de “uma majoração criada, e bem”, pelo Governo Regional para apoiar as empresas do Nordeste, Povoação e Vila Franca Campo, três concelhos da ilha de São Miguel que se “encontram mais fragilizados em termos económicos”.

O novo sistema de incentivos à iniciativa privada nos Açores, designado por Construir 2030, prevê cerca de 360 milhões de euros de apoios às empresas.

O sistema vai ter linhas de apoio dirigidas aos “negócios estruturantes”, à “base económica local”, ao “jovem investidor” e aos “pequenos negócios”.

Povo Livre

Número 508 • 9 de Maio de 1984 • Preço 30\$00

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

EDITORIAL

Estar em coligação

Governar, em termos de partilha de responsabilidades entre dois ou mais partidos políticos constitui hoje uma situação normal, nos países de democracia ocidental.

Se exceptuarmos os regimes anglo-saxónicos, onde o rotativismo de poder se foi aperfeiçoando e impondo ao longo de décadas ou de séculos e as recentes experiências grega e espanhola em que o acesso dos socialistas ao poder resultou da desintegração de um centrismo, criado à sombra das figuras e das máquinas administrativas dos regimes depostos, o normal é que se processem acordos políticos e parlamentares para obtenção das maiorias indispensáveis a uma governação estável.

Portugal experimentou, como se sabe, ao longo destes dez anos de regime democrático, as várias combinações possíveis, constituindo já, neste campo, um grande laboratório para análise política.

Julgamos, porém, que nunca nos interrogámos, de modo imparcial sobre o significado e conteúdo do fenómeno, de modo a promover junto dos nossos concidadãos um processo pedagógico de reflexão serena.

É o que vamos iniciar hoje.

Antes de mais, devemos reter que uma coligação não é apenas um resultado aritmético, ou seja a soma de um certo número de deputados, capaz de conferir a maioria indispensável para apoio ao Governo. Os actos eleitorais servem para que os cidadãos exprimam livremente as doutrinas e os projectos que perfilham, mas também aqueles que claramente repudiam.

Ora, as democracias e os democratas possuem um ponto comum — o de combaterem frontalmente os partidos ou instituições que procuram a destruição do regime ou que se servem das liberdades que ele concede, como instrumento de conquista «por dentro», mas sempre com o objectivo de o perverter ou aniquilar.

Uma coligação entre democratas e não democratas é impossível, por contrariar frontalmente a expressão pelos cidadãos.

Então, sobre o que devemos reflectir é sobre a coligação não é em si mesma um instrumento de conquista de poder. Tem de ser baseada em objectivos patrióticos e nacionais, na prossecução de programas de interesse para a população e a defender os valores fundamentalmente consagrados.

Adoptar a forma nenhuma a união de forças de doutrinas, a qualquer preço, nem a união de umas relativamente a outras. Mas criar uma base comum que lhe dê coerência e unidade. Quais são as vias para que se atinjam estes objectivos?

De mais, a negociação das linhas essenciais que se regerá a conduta da maioria e do Governo. Os acordos prévios firmados e aceites, há de ser cumpridos escrupulosamente, por razões de ética e tendo em conta o princípio geral de que os contratos celebrados entre pessoas honestas e cumpridos de boa-fé. Tais acordos, sendo submetidos à fiscalização não só das autoridades contratantes, mas dos próprios cidadãos que têm o direito de exigir comportamentos coerentes e honestos dos políticos.

Em segundo lugar, nenhum membro da coligação pode subtrair-se ao cumprimento rigoroso do programa de Governo, na base do qual lhe foi dada

Continua na pág. 3

PLENO ÊXITO DA VISITA À CHINA DE MOTA PINTO

Regressou ontem a Lisboa, o vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa Nacional, Mota Pinto, cuja visita à República Popular da China constituiu pleno êxito. Mota Pinto foi, a nível de órgãos cimeiros do Estado, o primeiro dirigente português a visitar oficialmente a China. Recorde-se que o primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro recebeu convite semelhante que não pôde concretizar devido ao acidente de que foi vítima, em Londres, no Verão de 1980.

«O amigo por quem esperávamos há muito», assim qualificou o ministro chinês da Defesa, Mota Pinto, cujo acolhimento ultrapassou as expectativas, circunstância a que não será alheio o facto de ter sido

durante o período em que Mota Pinto foi primeiro-ministro de Portugal que os dois países estabeleceram relações diplomáticas.

Falando com os jornalistas em Lisboa, Mota Pinto referiu três áreas segundo as quais se pautou a sua viagem: estreitamento das relações bilaterais, contacto directo com a filosofia económica da China e discussão sobre problemas internacionais.

Afirmou estarem previstas deslocações de âmbito económico e militar à China para «dar cumprimento aos acordos que já existem» e acrescentou poderiam vir a ser criadas empresas mistas. O vice-primeiro-ministro exemplificou as áreas da futura cooperação, tais como o incre-



chamado papel da responsabilidade na organização da produção agrícola, que se traduz em confiar a gestão e propriedade útil de parcelas de terra a agregados familiares. Esta autêntica reforma tem dado resultados extremamente positivos na China, sublinhou.

Destacando, como é óbvio, a diferença dos sistemas chinês e português, Mota Pinto salientou a semelhança entre a «solução da responsabilidade» e a proposta de há muito defendida pelo PSD de defesa de empreendimentos agrícolas de dimensão familiar, face às soluções estatizantes de uma Reforma Agrária caracterizada pelas unidades colectivas de produção.

Do seu contacto com a realidade chinesa, Mota Pinto destacou o valor do

SESSÃO COMEMORATIVA DO X ANIVERSÁRIO

No próximo dia 11 (sexta-feira) realiza-se em Lisboa no Teatro Maria Matos, uma sessão comemorativa do X Aniversário do Partido Social Democrata, em que farão intervenções políticas o líder do PSD, Carlos da

Mota Pinto, o presidente da JSD, Pedro Pinto e o presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa, Pedro Santana Lopes.

Na sessão, que se iniciará às 21H30, participarão, também, diversos artistas convidados.

Neste número:

«PSD — da fundação ao futuro»

— depoimento de MOTA PINTO ao «Jovem Reformista»

Acções de implementação dos TSD

• Nomeadas Comissões Instaladoras Regionais e Distritais

(Página 9)

EDIÇÃO N.º 460 do "Povo Livre" | de 25 de maio de 1983

Era criada a Associação Nacional dos Autarcas Sociais-Democratas (ANASD).

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco os militantes da Secção de Coimbra, para reunir em Assembleia de Secção, a realizar no **dia 6 de setembro de 2023, (quarta-feira), pelas 21H00**, na Sede do PSD, Rua Lourenço Almeida Azevedo, nº 16, em Coimbra, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. 41º Congresso Nacional do PSD;
3. Outros Assuntos.

MAIA

Convocam-se os Militantes do Partido Social Democrata da Secção Concelhia da Maia, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo **dia 25 de julho (terça-feira) de 2023, com início às 21H00**, na Sede Concelhia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987 – Cidade da Maia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Diversos.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes desta Secção, para reunir no próximo **dia 25 de julho (terça-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Sede do PSD, sita na Praça do Almada, 7 – Póvoa de Varzim, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

VILA NOVA DE POIARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes de Secção de Vila Nova de Poiares, para reunir em plenário no próximo **dia 23 de setembro (sábado) de 2023, das 14H00 às 20H00**, na Sede da Secção do PSD de Vila Nova de Poiares, no Ed MN Carvalho, 1º, sita na Av. Manuel Carvalho Coelho em Vila Nova de Poiares, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 20 de setembro de 2023.

PUBLICIDADE COMERCIAL NOS JORNAIS E REDES SOCIAIS



Foi publicado no dia 5 de julho o decreto presidencial que marca as eleições regionais da Madeira, que se realizam em 24 de setembro de 2023. Assim, de acordo com as leis eleitorais, ficam proibidos legalmente os anúncios comerciais, com publicidade paga, até à data das eleições. Chama-se deste modo a atenção para que não sejam feitas publicações pagas, por exemplo, nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram,...). Excecionam-se aqueles que, nos termos admitidos pela CNE, visam divulgar apenas a data e local de um evento do Partido. Mas, neste caso, sugere-se que validem previamente a admissibilidade dos mesmos. Para mais informações, visite as páginas do **Diário da República**: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-presidente-republica/63-2023-215210813>; e **CNE**: <http://www.cne.pt/faq2/127/11>.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

BOMBARRAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no **dia 12 de agosto de 2023, (sábado), para às 16 horas**, na sede do PSD Bombarral sita na Rua Manuel Lima Souto, 10 – R/c Dtº 2540 – 117 Bombarral, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição de Mesa do Plenário Concelhio e Comissão Política Concelhia da JSD Bombarral.

Nota: As listas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem estatutariamente o substitua até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 18h00.

MAIA

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário Concelhia da JSD Maia, a realizar no **dia 24 de julho de 2023 (segunda-feira) pelas 21H30**, na Sede do PSD de Maia sita na Rua Eng. Duarte Pacheco, 987 Maia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

VILA POUCA DE AGUIAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Concelhia de Vila Pouca de Aguiar para reunir **dia 27 de julho (quinta-feira), pelas 21h00**, a realizar na sua sede, sita na Rua Dr. Mota Pinto nº10, Vila Pouca de Aguiar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política concelhia, distrital e nacional;
- 3 – Outros assuntos.